



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO PEDAGÓGICO
LABORATÓRIO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA
E DESIGUALDADE SOCIAL**

RENATO LUCHI MARASSATI

O OLHAR SOBRE A PRIVAÇÃO NA ÓTICA DOS INVISÍVEIS

**VITÓRIA
2017**

RENATO LUCHI MARASSATI

O OLHAR SOBRE A PRIVAÇÃO NA ÓTICA DOS INVISÍVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Orientadora: Prof.^a Ms. Andréa Scopel Piol

**VITÓRIA
2017**

RENATO LUCHI MARASSATI

O OLHAR SOBRE A PRIVAÇÃO NA ÓTICA DOS INVISÍVEIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA:

Prof^a. Ms. Andréa Scopel Piol

Orientadora

Prof. Dr. Jair Miranda de Paiva

Aos adolescentes e jovens da Unidade de Internação Provisória Norte que se propuseram a participar de forma voluntária, dedicada e respeitosa de todo o processo através de seus questionamentos, suas colocações pertinentes, seus olhares, desejos e sonhos, na intenção de possibilitar novas estratégias de enfrentamento às adversidades do cotidiano, principalmente acerca da privação de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha família e amigos, fonte inesgotável de sentimentos positivos que me entusiasma a não desistir de meus sonhos e desejos, sempre me impulsionando a enfrentar o desconhecido.

Agradeço a equipe da Unidade de Internação Provisória (UNIP) Norte, na figura de Rita de Cássia dos Santos Cortez, que confiou de imediato na proposta inovadora de discutir com os adolescentes sobre a temática da privação de liberdade, possibilitando que o trabalho fosse realizado.

Aos adolescentes e jovens que encontram-se privados de liberdade, que aceitaram o desafio de se permitirem discutir, problematizar e questionar sobre o momento em que estão vivenciando. Sem o consentimento destes sujeitos, esta pesquisa não faria sentido.

RESUMO

A adolescência é compreendida pela maioria dos teóricos como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, na qual ocorrem inúmeras mudanças em vários aspectos da vida no indivíduo – o biológico, o psicológico, o social e o afetivo. Como em toda e qualquer transição, faz-se necessária uma adaptação ao novo, uma reordenação. Partindo desse pressuposto, acredita-se que em determinado momento de sua trajetória de vida o sujeito deve reformular os conceitos sobre si mesmo, possibilitando assim uma nova construção de valores pessoais e sociais. Nessa lógica, o recurso fotográfico é uma ferramenta que possibilita a expressão mais íntima do olhar de quem fotografa, sobre o que ele vê, sendo uma das mais sublimes formas de expressão do ser humano. Nesse diapasão, esta pesquisa tem como objetivo o questionamento e a problematização do modo como os adolescentes e jovens do sexo masculino que se encontram privados de liberdade enxergam sua atual condição em uma Unidade socioeducativa de Internação, localizada no Norte do Estado do Espírito Santo. Através de atividades lúdicas: rodas de conversas, palestras, filmes e curta-metragem, os adolescentes e jovens foram levados a reflexão sobre sua atual condição, além de discutir sobre a trajetória do ato infracional. Os adolescentes participaram de uma oficina sobre fotografia, em que tiveram contato com um equipamento profissional fotográfico, que possibilitou cada sujeito expressar, através do ato de fotografar, o significado da privação de liberdade. Como resultado, esta pesquisa proporcionou a criação de espaços de discussão, gerando incomodo, desconforto, questionamento e empoderamento acerca da temática da privação de liberdade e suas consequências. Possibilitou uma reflexão acerca de sua atual condição de vida neste espaço de privação de liberdade e modos de enfrentamento das adversidades cotidianas.

Palavras-chave: Psicologia. socioeducação. Fotografia.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| I. INTRODUÇÃO..... | 08 |
| II. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 10 |
| III. METODOLOGIA..... | 17 |
| 3.1 O campo de pesquisa..... | 17 |
| 3.2 Os sujeitos da pesquisa..... | 17 |
| 3.3 As etapas da pesquisa..... | 17 |
| 3.4 O período de produção dos dados..... | 20 |
| 3.5 Os instrumentos de coleta de dados..... | 20 |
| IV. ANÁLISE DE DADOS..... | 21 |
| 4.1 As formas de violência e suas interfaces..... | 21 |
| 4.2 Exclusão social..... | 27 |
| 4.3 O recurso fotográfico..... | 30 |
| 4.4 Um percurso atrás das grades..... | 31 |
| V. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 36 |
| VI. REFERÊNCIAS..... | 37 |
| VII. ANEXOS..... | 40 |

I. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição, sendo um conceito não universal, sujeito a diferenças culturais e sociais, ou seja, um tema bastante discutido atualmente e com divergências de ideias entre autores (CASTRO, 2006). Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 2º é considerado adolescente aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade não completos (BRASIL, 1990).

Segundo Castro (2006), os sujeitos estão inseridos em uma sociedade de consumo, a qual o importante é ter algo, porém a desigualdade é grande. Nesse contexto muitos adolescentes acabam por cometer atos infracionais na tentativa de se tornarem visíveis.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) é responsável por organizar e executar as medidas socioeducativas aos adolescentes que cometeram ato infracional. No estado do Espírito Santo o órgão responsável por executar as medidas socioeducativas é o Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Espírito Santo (IASSES).

Neste contexto, este trabalho proporcionará reflexões aos adolescentes que se encontram em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, através não somente da fala, mas do olhar com relação à privação de liberdade. Para tanto, utilizamos o recurso fotográfico, que possibilitará novos olhares com relação a atual condição em que estes atores se encontram. E assim, através de discussões, problematizar as possibilidades dos adolescentes privados de liberdade enfrentarem as adversidades cotidianas, não somente no contexto da privação de liberdade, mas ao serem desinternados.

Diante do exposto, faz-se de extrema importância a realização de tal pesquisa, uma vez utilizando o recurso fotográfico como ferramenta para a discussão e o questionamento na intenção de trabalhar com adolescentes em privação de liberdade, de questões pessoais, sociais e familiares.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais os efeitos da privação de liberdade na constituição dos modos de subjetivação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?

Para responder a tal questão, além de acreditar que o recurso fotográfico é especialmente rico com crianças e adolescentes que, frequentemente, têm certa dificuldade em expressar verbalmente seus diferentes contextos de vida e relações sociais, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os sentidos produzidos sobre si e sobre o espaço em que se encontram os adolescentes em sua vivência privativa de liberdade. Para tanto, temos como objetivos específicos: a) problematizar, através de rodas de conversas e encontros, o olhar dos adolescentes e jovens, acerca da privação de liberdade; b) promover espaço de encontros entre adolescentes do IASES, visando à produção de analisadores sobre a situação de privação de liberdade vivenciada e seus efeitos sobre os modos de subjetivação, ou seja, possibilitar ao adolescente privado de liberdade, a expressão da realidade vivenciada nos intramuros de uma unidade socioeducativa, utilizando o recurso fotográfico como instrumento expressivo; c) fotografar a representação do significado da privação de liberdade dentro da Unidade Socioeducativa de Internação Provisória de Linhares-ES, e expor em locais externos, as fotografias, ou seja, em ambientes comunitários.

Essa pesquisa torna-se relevante, pois busca conhecer a percepção desses adolescentes sobre as vivências no cumprimento das Medidas Socioeducativas. E ainda, possibilitar um espaço em que esses sujeitos possam criar novas possibilidades de superação das adversidades, de (des) construir e reconstruir novas maneiras de subjetivação.

II. REFERENCIAL TEÓRICO

A adolescência pode ser compreendida no campo da Psicologia como uma fase natural do desenvolvimento humano, marcada por transformações físicas e emocionais. Por outro lado, pode também, para outras áreas da Psicologia ser entendida como uma construção social e histórica que tem como objetivo demarcar as mudanças no sujeito, que é fruto de sua relação com o meio em que vive (AVILA, 2005).

De acordo com Avila (2005), a adolescência vista como uma fase natural do desenvolvimento é caracterizada pela universalidade, reforçando a ideia de que todo adolescente será rebelde, apresentará crises de identidade e comportamentos instáveis, pois são características dessa fase.

Em contrapartida, a “concepção histórica e social, mostra que este período só pode ser compreendido a partir de sua inserção na totalidade em que foi produzido” (AVILA, 2005, p. 02). Compreende a adolescência não apenas como a fase de mudanças biológicas e conflitos individuais, mas sim, como um período marcado pela influência do social na formação da subjetividade.

Na contemporaneidade, a adolescência é fruto de uma sociedade capitalista, individualizante, consumista e excludente. Sendo esses modos de subjetivação que são reafirmados pelos saberes como a Psicologia, por exemplo, e demarcam os territórios que naturalizam e estereotipam a adolescência, definindo aquilo que é próprio ou não, bom ou mau, certo ou errado, normal ou patológico para o ser adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é um documento normativo que reproduz esses saberes, visando garantir direitos aos mesmos, define: “considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990).

Ainda de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), toda criança e adolescente gozam de todos direitos inerentes à pessoa humana, sendo dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar tais direitos.

Rompendo com a lógica dicotômica de uma adolescência uniforme, por um lado, ou patológica, por outro, encontramos os adolescentes autores de atos infracionais. Segundo Castro (2006), a sociedade atual está repleta de contradições, existem avanços tecnológicos que, por um lado, trás o progresso e, por outro, trás dificuldades, pois não são todos que possuem condições de obter tudo que a sociedade capitalista oferece. Nesse contexto de consumo que a maioria dos jovens estão inseridos, na maioria das vezes, a trajetória de vida é marcada pela falta e pela exclusão social. Sendo assim, muitas vezes o adolescente encontra no cometimento do ato infracional uma forma de marcar sua existência, de fazer parte do mundo (CASTRO, 2006).

De acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p. 11) em seu Art. 112:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

A Lei de nº 12.594, de janeiro de 2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Lei essa que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratica ato infracional.

O § 1º do Art. 1º da Lei de nº 12.594 aponta que:

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Como dito anteriormente, no estado do Espírito Santo o órgão responsável por executar as medidas socioeducativas é o Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Espírito Santo (IASSES).

O IASES busca, em seus objetivos, a reinserção na sociedade e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de adolescentes em conflito com a lei, promovendo a garantia dos direitos desses sujeitos.

O processo de responsabilização do adolescente em conflito com a lei deve apresentar um caráter educativo, de modo que as medidas socioeducativas (re) instituem direitos, interrompam a trajetória infracional e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional (BRASIL, 2013).

Contudo, na prática a política de socioeducação não se concretizou completamente, estando ainda no papel. A medida socioeducativa de internação não possibilita o retorno desses adolescentes ao convívio social. O autor, ainda, destaca que é necessário que a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente seja efetivada em sua totalidade¹.

O adolescente deve ser responsabilizado pelo ato que praticou, mas isso não significa submetê-lo em um contexto de privação de direitos e nem a transformação dele em um criminoso que deve ser afastado do convívio social (BOMBARDI, 2008, apud SILVA, 2009).

Segundo Aranzedo e Souza (2007), na maioria das instituições de internação de adolescentes no país o aspecto coercitivo da privação de liberdade predomina sobre o trabalho socioeducativo. As práticas socioeducativas deveriam possibilitar voz aos adolescentes e tratá-los como sujeitos de direitos, porém, acabam violando-os e tornando esse espaço em produtor de violência.

Ressalta-se que o conceito de violência aqui abordado não se restringe apenas à violência física ou à violência verbal, mas ao apresentado por Chauí (1980), que violência não é a transgressão das leis, e sim a coisificação do sujeito, ou seja, é algo imposto que vem de cima para baixo.

Brito (2000) afirma que o desafio de se praticar a doutrina da proteção integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente também pode ser

¹ Citação indireta extraída do texto A política atual de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_519_Texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

encontrado na atuação do profissional psicólogo. Explica que ao analisar a história de atendimento aos jovens em conflito com a lei, a equipe técnica que está inserida o psicólogo, apresentava a função de avaliar esses sujeitos por meio de laudos e pareceres que forneciam subsídios às sentenças.

Em muitos casos os pareceres estão carregados de conteúdos estigmatizantes sobre esses adolescentes: a dicotomia carente/delinquente, a culpabilização da família, previsão de comportamentos futuros e a não inserção das condições socioeconômicas na formação da subjetividade (DINIZ, 2001).

Ou seja, não considera o contexto social em que o sujeito está inserido, pois antes de violar, esses adolescentes foram violados. Busca-se compreender esses comportamentos por meio da individualização e não pensando nas questões sociais que se vivencia no Brasil.

Para Foucault (2004, apud CUNHA et al, 2013, p. 02), na sociedade moderna não bastava apenas punir o infrator, precisa-se alcançar um saber sobre as razões de sua infração que estimulasse a construção de práticas que possuísse a capacidade de neutralizar sua periculosidade e modificar sua conduta. A partir dessa demanda os agentes da ciência criminológica buscavam responder qual decisão seria adequada: se seria acessível à sanção penal, curável ou readaptável, seria melhor o hospício ou prisão, se o enclausuramento seria breve ou longo, um tratamento médico ou medidas de segurança. Estes agentes norteariam o juiz a estabelecer as medidas adequadas a cada caso, buscando não mais excluir o infrator, mas recuperá-lo porque o importante era reparar o mau, assim o criminoso poderia voltar à sociedade.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que os profissionais de Psicologia que atuam em unidades de privação de liberdade repensem seus papéis nesse sistema. O compromisso ético-político do psicólogo, implicado sobre as medidas socioeducativas uma visão ampliada para sua função e atuação. Isso provoca analisar o contexto social, a demanda por sua presença e a contribuição na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei que está em privação de liberdade. Possuir compromisso e responsabilidade social da profissão é se

manifestar em uma intervenção crítica e transformadora da situação do adolescente em medida socioeducativa (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

É importante que o profissional Psicólogo aposte no sujeito, em sua capacidade de se reinventar. Que ofereça espaços que possibilite novas formas de subjetivação, ou seja, desconstruir e (re)construir, junto dos sujeitos, novos modos de ser e estar no mundo.

Cunha, entre outros (2013), aponta sobre como é fundamental o envolvimento com o universo simbólico dos adolescentes para a realização de intervenções. Utilizar instrumentos que permitam compreender a realidade do sujeito, possibilitar sua expressão e percepção no contexto de privação de liberdade pode possibilitar atuações mais eficazes.

Refletindo na importância de se utilizar uma ferramenta de trabalho como norteador de ações estratégicas, o recurso fotográfico pode exercer um papel importante no contexto pessoal e comunitário, uma vez que geralmente esta ferramenta é utilizada apenas como um produto visual.

De acordo com Gomes (1996, apud MAHEIRIE; BOEING; PINTO, 2005, p. 215), é durante o registro de uma vivência, que a fotografia pode provocar sensações, percepções, sentimentos diferentes dando vazão a subjetividade deste sujeito, eternizando tal momento/experiência. É através da imagem que diversos aspectos podem ser identificados, trazendo novas informações dos observantes.

Segundo Gomes e Dimenstein (2014), a imagem fotográfica é uma maneira eficiente de questionar sobre a imagem primeiramente percebida. Provoca questionamentos, instiga, gera reflexão, dúvida e produz novos entendimentos. Tem-se a intenção de trabalhar a ressignificação dos sujeitos e dos espaços que ocupam, dar sentido ao reconhecimento pessoal, ser protagonistas de sua história de vida, bem como da coletividade que o cerca.

Para Gomes e Dimenstein (2014, p. 806):

A fotografia provoca discursos e se apresenta como uma fonte privilegiada de informações da realidade estudada e da visão de mundo dos participantes. A articulação imagem-discurso mostra-se potente no acesso a

diferentes dimensões dos sujeitos e se constitui em uma estratégia de intervenção em várias problemáticas. Dessa forma, as narrativas visuais têm uma função estratégica, contribuindo para superar barreiras culturais entre pesquisador e pesquisado, produzindo conhecimentos culturalmente sensíveis, seja no campo da Psicologia, seja na Saúde Coletiva.

Assim, a fotografia deve ser utilizada como uma ferramenta com considerável potencial na psicologia, através de modos subjetivadores da produção de conhecimentos e busca de autonomia de sujeitos acometidos da privação de liberdade. Refere-se a uma estratégia em que uma mesma realidade, pode trazer infinitas possibilidades de interpretação, sempre a partir da ótica de cada sujeito, sendo mais um recurso da caixa de ferramenta do pesquisador (GOMES; DIMENSTEIN, 2014).

Portanto, para Gomes e Dimenstein (2014), o recurso fotográfico pode produzir interferência no plano das habilidades e competências dos participantes desse projeto de intervenção, produzindo empoderamento.

Ao discorrermos sobre crianças, adolescentes e jovens que vivenciam situação de pobreza no Brasil, o que vemos é uma prática social marcada pelo assistencialismo e moralismo. No que versa ao olhar assistencialista, estes sujeitos precisam de cuidados, de serem educadas, refletindo uma vez que suas famílias – no caso famílias que são pobres – apresentam-se como “desestruturadas e sem educação”. Neste sentido, a infância destes sujeitos “pobres”, advém de um olhar que gira em torno do negativo, do autoritarismo, em que historicamente, creches, igrejas e famílias abastadas apresentam obrigação de salvar esses sujeitos de seu destino, que já estaria “traçado” devido à condição da pobreza (LEITE, 2015, p. 12).

Neste diapasão, o que se percebe nos espaços de trabalho voltados a esta temática da criança e adolescência em situação de vulnerabilidade social, é um discurso voltado para a negatividade e a culpabilização. Pela descrença com relação ao futuro destes, por um lado existe uma incerteza de quem o que serão esses sujeitos em um futuro próximo, levando assim ao fracasso. Por outra via, aparece a culpabilização, pois é atribuída a desestruturação familiar à falta de condições na lógica de um desenvolvimento integral (MIRANDA; SANTOS, 2009).

Concomitante a estas ponderações, alia-se a pobreza a questão da violência uma vez que são taxados como violentos, baderneiros e até criminosos, que muitas das vezes são tratados através da punição, ou seja, da repressão (LEITE, 2015, p. 12).

Com a Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e adolescentes, filhos e filhas das famílias pobres e de baixa renda, deixam de ser considerados como “menor” e passa a serem sujeitos de direitos, específicos à sua faixa etária (LEITE, 2015, p. 12).

Com a legislação, muito se avançou para que as desigualdades sociais fossem postas em pauta para se discutir avanços nas políticas públicas, principalmente com relação à temática da pobreza. É notório que as condições de vida em que se encontram as crianças, os adolescentes e os jovens de nosso país mostram a desigualdade social e a falta de concretização dos direitos estabelecidos em nossa constituição (LEITE, 2015, p. 12).

Desse modo, as condições de vida dos adolescentes pobres no Brasil deixam à mostra as desigualdades sociais e a falta de concretização de direitos garantidos por lei. Como nos coloca Leite (2015, p. 13): “O que podemos observar é que inúmeras crianças e jovens de origem popular vivem hoje nos “limites da sobrevivência”, colocando em descoberto a grave desigualdade social presente em nossa sociedade”.

Desse modo, tratarmos em nosso trabalho uma forma de discutir e problematizar um modo de “desigualdade de vida” quando pensamos na privação de liberdade de adolescentes. E assim, podemos questionar se esses jovens têm o mesmo acesso aos mesmos direitos, no caso da vivência na Unidade Socioeducativa de Internação Provisória. Quais são as condições de vida? O que o sistema Socioeducativo pode proporcionar à vida desses adolescentes? O que ele representa para os jovens internados? O que os espaços de privação de liberdade representam para os jovens e adolescentes internados?

III. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma Unidade Socioeducativa, que atua com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, no estado do Espírito Santo.

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, que tem como preocupação a vivência dos participantes. Para tal, utilizamos como procedimento metodológico o grupo focal, a partir de rodas de conversa. Para tanto, os encontros basearam-se em temáticas específicas à privação de liberdade, que foram realizadas análise de filmes, palestra, júri simulado e fotografias.

A pesquisa contou com a participação de um profissional em fotografia, que discorreu sobre a temática de fotografia, além de expor técnicas para o bom uso do equipamento.

3.1 O campo de pesquisa:

A pesquisa foi realizada na Unidade de Internação Provisória localizada no município de Linhares, ES. Esta unidade faz parte do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santos (IASSES), que é o responsável pela execução das medidas socioeducativas através dos programas de atendimento em meio fechado, meio semiaberto e meio aberto. O IASSES está vinculado a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).

3.2 Os sujeitos da pesquisa:

Participaram da pesquisa, adolescentes e jovens do sexo masculino, com idades que variam entre 13 e 20 anos, residentes em diversos municípios do norte do Estado do Espírito Santo. Foram selecionados adolescentes e jovens que se encontram na fase conclusiva de atendimento, dentro do que versa o modelo pedagógico adotado pelo IASSES.

3.3 As etapas da pesquisa:

Para a realização da pesquisa, alguns procedimentos foram adotados: primeiramente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido à gerência da

Unidade em que a pesquisa foi realizada. Em seguida, já com o parecer afirmativo para a realização da pesquisa, foi apresentada a um profissional em fotografia que aceitou realizar o trabalho voluntariamente.

Na data de 29 de dezembro de 2016, os responsáveis pela pesquisa, adentraram no espaço da Fase Conclusiva² para discorrer sobre as ações que seriam realizadas, da pesquisa de campo, os objetivos, o funcionamento e execução das atividades, visando a apresentação da proposta aos socioeducandos.

Inicialmente foi pontuado que o objetivo girava em torno da problematização de algumas temáticas específicas, que seriam discutidas e questionadas através dos encontros. Foi discorrido que algumas pessoas seriam convidadas para o desenvolvimento de alguns encontros, sendo pontuado que o principal objetivo seria em torno da temática da privação de liberdade.

Foram pontuadas todas as fases da pesquisa, na qual a maioria dos adolescentes aderiram a proposta, sendo que alguns adolescentes – cerca de cinco socioeducandos, se recusaram participar da pesquisa. Ademais, todos se comprometeram a participar das atividades com empenho, dedicação e educação.

No segundo encontro, os adolescentes e jovens assistiram ao filme “Querô”, filme brasileiro de 2007 do gênero Drama, dirigido por Carlos Cortez, baseado na obra de Plínio Marcos. Posteriormente, foi realizada uma roda de conversa, para abordar questões sobre a privação de liberdade e o entendimento de tal questão para estes sujeitos.

Em um terceiro momento, os adolescentes assistiram ao Filme Curta Metragem “Frat” que tem como produtores os estudantes da escola ESMA³: Sébastien Durand, Julien Limon, Aurélien Peis e Cédric Trezaguet. O curta, fala da crueldade da raça humana que está contaminada por uma doença que a transforma em pedra. Após exibição do filme, o assunto sobre violência foi abordado em forma de roda de conversa.

² O projeto político pedagógico adotado pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo (IASSES) prevê três fases de desenvolvimento ao adolescente, a partir da aplicação da medida de internação pelo prazo não superior a três anos, a saber: inicial, intermediária e conclusiva. Neste sentido, o trabalho foi desenvolvido com os sujeitos que estão na fase conclusiva, ou seja, adolescentes que estão na última etapa da proposta pedagógica.

³ Escola Superior das Profissões Artísticas.

Em seguida, foi passado o Filme Curta Vida-Maria de direção de Márcio Ramos, produzido no Estado do Ceará no ano de 2006. A história gira em torno de Maria José, uma menina que é obrigada a largar os estudos para trabalhar. Em grupo, os adolescentes foram levados a refletir sobre o ciclo de vida/repetição das histórias pessoais.

No quarto encontro foi convidada uma Assistente Social que atua junto ao programa de medida socioeducativa em meio aberto para falar sobre o processo de exclusão social, que vivenciamos no nosso dia-a-dia. A mesma abordou o tema através de uma palestra usando recursos áudio visual (Data Show).

Em outro encontro, parte do filme “Querô” foi lembrado. Assim, foi realizado um júri simulado na intenção de questionar e trabalhar possibilidades que o protagonista do filme poderia ter se tivesse realizado escolhas distintas, diferentes. Ao final foi aberta uma roda de conversa para partilhar tais informações.

No sexto encontro, um profissional em fotografia trabalhou a referida temática, através de um minicurso onde abordou recursos que são utilizados para a captura de uma imagem de qualidade, regra do terço, zoom, bem como o ato de fotografar. O responsável por este encontro montou um estúdio de fotografia dentro da Unidade para a visualização dos adolescentes.

No sétimo dia, os adolescentes saíram pelos espaços da unidade para fotografar a representação de sua realidade atual. Cada sujeito teve a oportunidade de fotografar três imagens de seu olhar sobre a privação de liberdade.

No oitavo encontro, cada adolescente escolheu, a partir das fotografias próprias registradas, uma imagem para que esta seja impressa em papel fotográfico específico.

Finalizando a atividade com os adolescentes, no último encontro, os técnicos responsáveis pelo projeto, levaram uma cópia pequena para ser apresentada ao adolescente da foto que foi escolhida por ele mesmo. Através da escolha das fotos foi solicitado para que os sujeitos escrevessem uma mensagem sobre a imagem capturada por ele próprio.

3.4 O período de produção dos dados:

Essa pesquisa de campo foi realizada no período de dezembro de 2016 à final de janeiro de 2017 com adolescentes e jovens internados no Instituto de Atendimento Sócio-educativo do Espírito Santo (IASSES). Foram realizados dois encontros semanalmente nesse período com duração de aproximadamente 2h00min cada dia de atividade.

3.5 Os instrumentos de coleta de dados:

A coleta de dados foi feita a partir de roda de conversas (grupo focal), no qual os participantes da pesquisa abordavam sobre as temáticas, expondo seus conceitos e pensamento.

Como recurso, utilizamos a máquina fotográfica para registrar as imagens. Vale ressaltar que a máquina fotográfica pertence à Unidade, a saber, uma Canon semiprofissional. Posteriormente as fotografias foram tratadas e impressas em papel fotográfico nos tamanhos: 30x45 / 50x75 / 90x60.

Cabe reiterar que todos os encontros de roda de conversa / grupo focal havia sempre duas ou três pessoas para auxiliar na pesquisa e na coleta de dados, como por exemplo, para conduzir o grupo e fazer as anotações necessárias.

IV. ANÁLISE DE DADOS

Para fim de análise, dividimos nossos encontros de grupo focal em quatro categorias: as formas de violência e suas interfaces, exclusão social, o recurso fotográfico e um percurso atrás das grades, de forma a contemplar o que foi discutido com os adolescentes e jovens durante a pesquisa.

4.1 As formas de violência e suas interfaces

Iniciando as atividades com os participantes, foi passado o filme “Querô”, juntamente com os técnicos que os acompanham. Querô é um filme brasileiro de 2007, dirigido por Carlos Cortez, baseado na obra de Plínio Marcos. O personagem principal – Querô (seu apelido, pois sua mãe morreu após se embriagar com uma garrafa de querosene) é um menor abandonado, criado pela vida, sobrevivendo sozinho na região portuária de Santos, em situação de pobreza e abandono. Querô não se dobra à disciplina da Febem, ao jogo fácil do tráfico de drogas e, muito menos aos policiais corruptos que o perseguem.

Após a execução do filme, os adolescentes e os técnicos, Psicólogo e Assistente Social fizeram uma roda de conversa para discutir o referido filme. Para iniciar a conversa foram feitos alguns questionamentos. Segue abaixo alguns dos questionamentos:

a) Que mensagem o filme traz?

O adolescente D.P., de 15 anos, expôs que o filme “conta a história de um adolescente que sofreu na vida e que tinha muito ódio no coração”. O adolescente E.C., de 17 anos, relata que o protagonista “nasceu de uma garota de programa, sem pai e que se envolveu com más companhias e que acabou sendo privado de sua liberdade”. B.M.J., de 18 anos, questiona o “porque, ele não procurou ajuda de outras pessoas, ou de algum conselho tutelar, um abrigo ou algo do tipo”.

b) O personagem Querô soube enfrentar as adversidades da vida?

De acordo com o grupo, Querô poderia ter tido uma história de vida diferente ao tentar mudar de vida, mas o policial “corrupto” não permitiu que isso ocorresse.

B.M.J., de 18 anos, coloca que “a mãe dele, poderia ter saído dessa vida se ela tivesse escolhido outro caminho”.

c) Como a história do personagem poderia ter sido diferente?

E.C., de 17 anos, traz em seu discurso que “o garoto poderia ter matado o policial direito, assim, ele poderia não ter sido baleado no final do filme”. Já o socioeducando L.S., de 19 anos, disse que ele poderia ter mudado de cidade e ter deixado essa história triste para trás. H.M.F., de 18 anos, entendeu que “logo após a rebelião que culminou em sua fuga, Querô poderia ter se entregado, vindo a cumprir a medida de internação na Febem”.

De acordo com Maria de Fátima Araújo, no texto *Violência e abuso sexual na família*, muitas são as causas que provocam a crescente violência, entre elas podemos citar as desigualdades econômicas, culturais e sociais, o desemprego que atinge milhares de pessoas em nosso país, o aumento da disseminação das drogas ou como colocado na fala de um dos socioeducando quando expõe a vida sofrida que “Querô” levou. Claro que não podemos explicar o fenômeno da violência apenas por estas questões, porém não podemos negar que estes são quesitos para o aumento desta (ARAÚJO, 2002).

Os relatos citados acima nos falam sobre as desigualdades sociais, além das formas de violência vividas por estes jovens em suas trajetórias de vida, que em grande parte são carentes de políticas públicas eficazes. Podemos perceber tais ponderações na fala do socioeducando B.M.J., de 18 anos, quando questiona sobre a procura de ajuda para a resolução do conflito social que estava passando naquele momento de sua vida. Ainda de acordo com Araújo (2002), há uma ausência e ineficiência das políticas públicas e das instituições que são encarregadas de garantir a ordem pública e o respeito à cidadania. Ademais, expõe a incapacidade do poder público na gestão das necessidades básicas da população carente, tendo que buscar meios e estratégias de sobrevivência, adaptando-se a nova realidade (ARAÚJO, 2002).

Acredita-se que a adolescência é uma etapa da vida complexa, crítica e exigente, perpassado pela tensão de não ser mais criança ao mesmo tempo de não se constituir como um adulto. Nesse diapasão, este processo de amadurecimento

pessoal e formação da identidade pode vir a ser desencadeado por situações de rebeldia, transgressões as normas e atos de violência, como busca de afirmação (SPOSATO; SILVA, 2017).

Em outro momento do grupo focal, os adolescentes assistiram à dois curtas metragens em animação, sendo eles Frat e Vida-Maria.

Inicialmente foi discutido com os adolescentes a necessidade de prestarem atenção ao primeiro curta (Frat), pois o áudio estava em francês, portanto a necessidade de darem uma atenção maior as imagens expostas. Frat é um curta metragem produzido pela escola francesa ESMA. Retrata a crueldade humana que está contaminada por uma doença que a transforma em pedra. Após a execução do referido material, foi aberta uma roda de conversa para que os adolescentes pudessem compartilhar informações acerca de suas percepções desse modo, foram feitos alguns questionamentos:

a) Qual o entendimento do filme?

De acordo com o posicionamento do socioeducando L.S., de 19 anos, “o menino amava o pai, porém, com a situação de violência, as pessoas acabavam se tornando pedra”.

O adolescente, E.C., de 17 anos, relatou que “o sangue do menino representava bondade”. Já o socioeducando B.M.J., de 18 anos, expos que “o sangue tinha o significado de compaixão”. Um terceiro adolescente, J.M.V., de 17 anos, compreendeu que “o sangue representava carinho e cuidado entre as pessoas”. A equipe levou os socioeducandos a refletirem sobre o que significava tais palavras citadas, sendo que o adolescente H.M.F., de 18 anos, disse que “representava o amor ao próximo”.

b) Porque as pessoas no vídeo se transformam em pedra?

Neste questionamento o socioeducando L.S., de 19 anos, disse que “devido à violência entre o pai e seus colegas, além da agressão ao filho, o menino foi alimentando um ódio no coração e depois acabou se tornando pedra”. O socioeducando E.C., de 17 anos, completou dizendo que “era muita violência em

casa e o menino via a foto para lembrar das coisas boas, mas acabou se deixando levar pelas coisas ruins”.

c) Realizando um paralelo entre o que foi retratado no vídeo e o cumprimento da medida socioeducativa, o menino poderia ter tido uma história diferente?

O socioeducando E.C., de 17 anos, disse que o menino “poderia ter pensado em suas atitudes e não ter agido daquela forma para não virar pedra”. B.M.J., de 18 anos, colocou que “o menino não era pra ter amassado a foto, pois era uma lembrança positiva que tinha do irmão”.

As narrativas dos adolescentes acima trazem um sentimento de dualidade, uma vez que se discorre sobre ações positivas e negativas do protagonista do vídeo e seus personagens. Primeiramente, pelos discursos apresentarem significantes acerca do “sangue” o qual faz com que o sujeito que está em condição de pedra, “volte” a normalidade. Nesse sentido, o “sangue” tem a representação de cura, além da modificação que se pode ter nas relações pessoais, sociais e familiares.

Em segundo plano, o discurso permanece voltado para sentimentos negativos de ódio e violência. Foi possível identificar as relações existentes entre o protagonista do vídeo com as histórias de vida dos adolescentes, uma vez que muitos já enfrentaram no decorrer de suas histórias, situações de abandono, violência doméstica, agressões verbais e físicas, negligencia, entre outras situações que muitas das vezes não são ditas.

Para além, percebemos falas de superação das adversidades, quando nos relatam que o protagonista do vídeo poderia ter agido diferente, na intenção de não virar pedra. Acreditamos sempre ser possível o invento de outras possibilidades, na qual podemos e devemos produzir outras afirmações. Não cabe esperar ou intimidar-se, mas se possibilitar a buscar outros recursos de transformação.

Após o levantamento dos questionamentos e a discussão do referido vídeo foi passado o curta metragem Vida-Maria. O filme se passa no sertão nordestino e retrata a vida de Maria José, uma menina de cinco anos a quem lhe é negado o direito de ter infância, tendo ela que deixar os estudos e trabalhar para ajudar a

família. Com cinco anos é levada a largar os estudos para trabalhar. Enquanto trabalha, ela cresce, casa, tem filhos, envelhece. Posterior a exibição do curta metragem foi aberta uma discussão acerca da percepção do vídeo.

a) O que o curta Vida Maria representa?

Para o adolescente L.S., de 19 anos, o vídeo fala sobre a “história de uma menina que cresce trabalhando, tendo que cuidar das atividades de casa e não teve oportunidade. A menina não teve amor dentro de casa e acabou repetindo a história que a mãe teve com ela no início do vídeo”.

b) Como a personagem poderia ter modificado sua história?

De acordo com o socioeducando J.S., de 18 anos, “a criança poderia ter sido dedicada aos estudos, vindo a modificar sua história de vida”. O adolescente D. P., de 15 anos, disse que “é a reprodução da história de vida... que passa de mãe para mãe”. Para o adolescente K.S.C., de 15 anos, “a menina poderia ter pensado diferente, assim, talvez tivesse tido outras oportunidades na história de vida. Para F.K.P.M., de 17 anos, “Maria, poderia ter saído de casa quando estava maior, ter continuado os estudos, mesmo contra a vontade da mãe, que só queria que ela trabalhasse e cuidasse das atividades de casa”.

c) O que fazer para que nós, enquanto sujeitos de direitos, não reproduzamos a história de vida de Maria?

Para o socioeducando B.M.J., de 18 anos, “devemos sempre pensar em nossas ações, pois nossa história de vida depende das escolhas que fazemos”. Para L.S., de 19 anos, o caminho é “terminar os estudos, conseguir um trampo, e formar uma família, para que a história não se repita da mesma forma como no vídeo”.

Analisando as falas dos socioeducandos, com relação aos vídeos reproduzidos, podemos notar a percepção e o entendimento por parte da temática da violência na fala de K.S.C., de 15 anos, que expõe que “os dois vídeos falam da violência. Um é violento, pois tem agressão física. Na história da Maria, a mãe é violenta quando obriga Maria a largar os estudos para trabalhar”.

Os socioeducandos refletiram em ações que poderiam ter resultados em um final diferente nas duas histórias, o que nos leva a reflexão e ao empoderamento, além de possibilitar o enfrentamento das adversidades cotidianas. F.K.P.M., de 17 anos, citou que “a mãe da menina não teve sabedoria para ajudar ela a fazer coisas de forma diferente, queria apenas que ela ajudasse nos serviços de casa”. J.S.P., de 18 anos, completou dizendo que “a mãe da menina não deixou ela se dedicar aos estudos enquanto era criança”. Na oportunidade, L.S., de 19 anos, verbalizou: “as coisas foram acontecendo de descendência a descendência com as Marias e naquela situação não tinha amor”. K.S.C., de 15 anos, também contribuiu dizendo que “era preciso a menina pensar diferente, porque só estava repetindo as tarefas que a mãe fazia e não conseguia fazer outra coisa”.

Ao final dos assuntos expostos, a equipe levou os adolescentes a reflexão sobre o ciclo que transcorre na rotina de determinadas famílias em situações do cotidiano e que muitas vezes as ações são reproduzidas. Foi abordado, também, que esse fato caracteriza um círculo vicioso entre os membros familiares, tanto no “FRAT” como em “Vida Maria”. Ainda que o cumprimento da medida de internação também pode ser compreendido como uma oportunidade para repensar as atitudes enquanto sujeitos privados de liberdade, o momento possa ser propício para refletir e buscar estratégias para enfrentar as adversidades da vida, visto que ao longo do processo socioeducativo a equipe trabalha questões com ênfase na autonomia, autoestima e capacidade de construir uma nova história de vida como cidadão e sujeito de direitos.

Tendo em vista as colocações dos socioeducandos ao discorreremos sobre as diversificadas formas de violência, demonstradas em seus discursos, analisamos o modo como cada sujeito percebe sua realidade a partir do que vivenciou ou vivencia até o presente momento. Vivemos em uma sociedade capitalista marcada pelo consumismo, em que a busca pelo ter torna-se necessário para “ser” sujeito, levando assim a coisificação do sujeito. Expressa-se aqui uma juventude que se sente frustrada, sem esperança para o futuro, conflitada além de buscar pela visibilidade (CRAIDY, 2012).

4.2 Exclusão social

Em um dos nossos encontros de grupo focal abordamos a temática Exclusão Social. Neste sentido, uma assistente social que atua com adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, foi convidada a explanar o assunto sobre exclusão social com os adolescentes que estão inseridos na fase conclusiva de atendimento.

Inicialmente, discorreu sobre o capitalismo, o qual vivenciamos no decorrer do nosso dia-a-dia, que há uma forte tendência de valorizar o objeto e não se atentar as relações pessoais, ou seja, um processo de coisificação do sujeito.

Discutiu-se posteriormente sobre os direitos que temos enquanto cidadão e como devemos agir para melhorar a condição do local em que vivemos, levando os adolescentes a refletirem e perceberem os espaços comunitários de discussão para modificar o contexto social. Neste sentido, discorreu ainda sobre a constituição federal, a lei maior de nosso país, na intenção de possibilitar um espaço de discussão crítica da realidade que vivenciam ao longo da vida.

Para além, falou-se sobre o preconceito e as questões sobre marginalização, além das ações que cada sujeito faz e que automaticamente adentra neste processo de exclusão, quando este abre mão das oportunidades e não realiza um movimento inverso para modificar sua história de vida a nível pessoal, social e familiar.

A discussão da assistente social passou por um processo em que se pretendia abordar assuntos referentes à coisificação do sujeito. Marilena Chauí (1980) em seu texto, “A não violência do brasileiro, um mito interessantíssimo”, define genericamente “a violência como um processo pelo qual um indivíduo (humano ou não) é transformado de sujeito em coisa” (CHAUÍ, 1980).

Coloca, ainda, que a sociedade está acostumada a considerar a violência pelo olhar da violação, ou seja, como transgressão das regras, leis e normas aceitas pelo coletivo. Nesse sentido, a violência seria um ato que vem de baixo para cima da nossa sociedade, quando seria mais pertinente vê-la de modo oposto, ou seja, como um conjunto de ações visíveis e invisíveis que nos atinge do alto para baixo, espalhando-se pelas nossas relações sociais, seja na escola, no trabalho, nas

instituições públicas, sempre retornando ao aparelhamento do Estado (CHAUÍ, 1980).

A proposta para este encontro de *grupo focal* foi discutir e problematizar com os adolescentes privados de liberdade, as possibilidades que se tem para melhorar a qualidade de vida pessoal e daqueles de seu entorno.

A atividade girou em torno da execução de um júri simulado realizado no espaço de convivência da moradia. Inicialmente, os participantes foram levados a relembrar parte do filme “Querô” que assistiram no primeiro encontro.

Como metodologia para participação na atividade, dentre os 22 socioeducandos houve a divisão em dois grupos contendo 11 adolescentes em cada grupo, no qual um grupo deveria defender a posição “favorável à aplicação da medida socioeducativa de internação” e outro grupo, com a posição “contrário à medida de internação aplicada”. Foi concedido tempo de 05 minutos para discussão e para abordagem sobre o tema. Ao retornarem, o grupo Favorável iniciou a discussão, no qual o adolescente F.K.P.M., de 17 anos, afirmou: “foi certo aplicar a medida de internação porque o menino precisava refletir sobre os fatos da sua vida e se ele não fosse privado de liberdade não iria mudar de vida nunca”. Outro socioeducando de nome B.M.J., de 18 anos, completou dizendo: “praticou o ato e tinha que pagar para não ficar impune e cometer outros atos”. Em sequência, foi oportunizado a fala ao grupo contrário a aplicação da medida e jovem de nome L.S., de 19 anos, disse: “nenhum juiz pensa que prender Querô iria resolver para ele não cometer mais ato infracional, afinal ele não tinha pai nem mãe, foi criado sem família para dar apoio. Ele precisava mesmo era de atendimento psicológico e assistente social do CRAS⁴ e do CREAS⁵”. Outro socioeducando A.A.M., de 18 anos, completou dizendo: “o menino ficou só alimentando ódio dentro da mente dele naquele lugar, não foi certo internar ele”.

Paralelamente, o adolescente E.C.V., de 17 anos, afirmou: “Se Querô não tivesse a medida, ia ficar aprontando como foi o flagrante no caminhão que ele ia arrombar para roubar de novo”. P.H., de 16 anos, argumentou dizendo: “o menino teve vontade própria e participou do roubo ao gringo, ele não foi induzido”; D.P., de 15

⁴ Centro de Referência da Assistência Social

⁵ Centro de Referência Especializado de Assistência Social

anos, finalizou dizendo: “Se Querô não tivesse privado de liberdade, iria ser igual a mãe dele no mundão”.

De acordo com as falas acima, as discussões giraram em torno de dispositivos internos e externos para a efetivação de escolhas distintas que poderiam levar o protagonista do filme Querô a trilhar um caminho diferente do que culminou em sua privação de liberdade.

Assim, refletindo na lógica da subjetividade, Machado (1999), no texto subjetividades contemporâneas, coloca que os modos de subjetivação fazem referência ao próprio movimento que se faz em busca de transformações, ou seja, aos processos de quebras das formas cristalizadas e dadas. Solicita que

Imaginemos uma rede de fios – constituídos por materiais de expressão diversos, como: palavras, gestos, moedas, musicalidades, conhecimento etc. – se entrelaçam. Uma rede que não fosse lisa e sim estriada e cujos fios se misturam em uma trama embaralhada. A rede e os fios que a constituem são históricos. Pensemos que essa rede faça dobras, aproximando pontos distanciados e distanciando pontos próximos. Mas as dobras que se formam também se desfazem e outras então se formam em um movimento incessante. Como um lenço que rola na areia e vai formando desenhos variados ao sabor do vento. As dobras constituem então formas provisórias. Uma espécie de um dentro que não é fechado e que continua sendo parte de um fora-rede (MACHADO, 1999, p. 2).

A subjetividade nesta lógica pode ser pensada como a formação de dobras, sendo que nós somos a rede deste sistema. Neste exemplo, as dobras seriam formas que se produzem e dão sentido para o que denominamos desejo, arte, estudo, ciência etc. As dobras seriam neste sentido, uma mistura de infindáveis materiais de expressão em ilimitadas combinações pessoais (MACHADO, 1999).

Percebemos tais ponderações nas falas dos adolescentes quando estes discutem as possibilidades de enfrentamento das adversidades. Os dois grupos discutiram problemáticas e soluções diferentes para o personagem do filme. Isso nos leva a refletir sobre os modos subjetivos de ser e estar no mundo, além do que cada um carrega consigo em sua trajetória de vida.

4.3 O recurso fotográfico

A proposta para este encontro através do grupo focal foi apresentar aos adolescentes noções básicas de fotografia. Temas como a história da fotografia, o surgimento das primeiras câmeras fotográficas, a transição do sistema analógico (filme) para o digital e composição fotográfica foram assuntos na ocasião.

Utilizando o sistema expositivo de imagens foi discutido com os socioeducandos princípios e regras de composição de imagem, ângulos, velocidade de obturador e abertura de diafragma.

Em um segundo momento, os adolescentes tiveram contato com diversos equipamentos fotográficos, sendo demonstrado em quais situações estes têm aplicação.

O objetivo principal da atividade proposta foi desenvolver no socioeducando um olhar técnico das imagens que cotidianamente são apresentadas ao mesmo por meio de jornais, revistas e meios eletrônicos.

No encontro seguinte, os sujeitos participantes da pesquisa, saíram nos pátios internos da unidade na intenção de fotografarem a representação da privação de liberdade. Foi informado, ainda, que poderiam realizar o registro de três imagens.

Sendo assim, todos os participantes foram deslocados para a quadra de esportes da unidade para que aguardasse o início da atividade. Assim, um de cada vez, os adolescentes eram conduzidos pelo fotografo e os técnicos de referência ao local escolhido pelo próprio adolescente, onde era registrado a imagem. Ao fim, cada adolescente retornava para a moradia, sendo que não tinha contato com os adolescentes que estavam aguardando na quadra, a fim de não “contaminar” a visão do outro, com o que já havia escolhido para fotografar.

Como nos diz Gomes (2014), um dos objetivos do recurso fotográfico é promover ideias e não verdades postas em um discurso linear e categórico. Busca-se promover outros movimentos na intenção de narrar e interpretar a realidade (GOMES, 2014).

Ao final do dia, vinte adolescentes e jovens, haviam fotografado as imagens que na visão individual, representava a visão sobre a privação de liberdade.

Foi utilizado uma máquina fotográfica de marca Cannon para o registro das imagens, sendo que a máquina fotográfica é própria da unidade. As fotos foram descarregadas em um computador permanecendo na unidade, não havendo divulgação.

É importante salientar que em nenhum momento, os adolescentes foram induzidos de alguma forma a escolherem o local aonde fotografar, sendo de livre escolha as imagens registradas.

Acreditamos que a fotografia é uma ferramenta válida no desenvolvimento para pesquisa-intervenção nas atividades ligadas a psicologia, uma vez que se atua no complexo estudo da construção de subjetividades. No ato de fotografar, cria-se uma produção única do olhar que quem captura a imagem, de acordo com a vivência pessoal de cada sujeito. Assim, a fotografia vem somar com a psicologia enriquecendo a caixa de ferramenta do pesquisador, produzindo empoderamento daqueles que utilizam este recurso como processo de reflexão (GOMES, 2014).

4.4 Um percurso atrás das grades

Um encontro com os adolescentes individualmente, que foram conduzidos até a sala da equipe técnica para que pudessem escolher dentre as três fotos que foram fotografadas por eles mesmos, apenas uma imagem que representassem a privação para si, sendo aquela que mais lhe chamou a atenção.

Assim, cada adolescente visualizou em um computador as três imagens e, posterior a isto, escolheram uma foto de sua autoria, sendo que lhes era dito que a imagem escolhida seria impressa em papel fotográfico específico, em tamanho que seria determinado em um outro momento.

Iniciamos nossa atividade no espaço coletivo da moradia, fazendo um breve retrocesso com relação ao projeto e tudo o que foi discutido com os adolescentes e jovens desde o primeiro encontro até a atual data. Destacamos o fato do título do trabalho “O olhar sobre a privação na ótica dos invisíveis”, cujo principal tema foi a privação de liberdade. Trouxeram recordações acerca do filme “Querô”, o curta metragem Frat e Vida-Maria, a palestra sobre exclusão social e a atividade “Júri Simulado”.

Posteriormente, foi entregue para cada adolescente uma xerox em tamanho reduzido da foto que foi escolhida por ele mesmo, para que, ao olhar para a foto, escrevesse uma frase ou um texto que trouxesse uma reflexão acerca da imagem. Assim, foi dado um tempo para que cada adolescente refletisse em uma frase que representasse a imagem escolhida. Os socioeducandos foram informados que as frases seriam inseridas nas bordas das fotos, contendo as letras das iniciais de seus respectivos nomes e as idades.

Sendo assim, encerramos com os socioeducandos o desenvolvimento, propriamente dito, das atividades de reflexão, questionamentos e empoderamento. Posteriormente, houve a busca de apoio para a impressão das fotografias e o material que seria utilizado na exposição fotográfica. Para fim de análise, foram selecionadas algumas fotografias.



Foto 1

Nessa imagem podemos ver uma dualidade de sentimentos demonstrado pela visão do fotografo. Analisando os três pássaros, concomitante a frase do socioeducando, percebemos o valor que é dado à liberdade, uma vez que na visão do sujeito “os

pássaros são uma sintonia de liberdade”. Liberdade que muitas das vezes não é vislumbrada quando se a tem. Muitos dos adolescentes sentem esperança de dias melhores, não somente no contexto de privação de liberdade, mas quando de sua desinternação. Acreditando que o retorno para o mesmo ambiente comunitário, as amizades, o contexto familiar podem ser fatores negativos, entendem a importância de reflexão, uma vez que o espaço privativo de liberdade, por mais adequada que seja a unidade, ainda assim traz danos ao sujeito.

Se por um lado discutimos sobre o processo de liberdade, a autonomia e o empoderamento destes sujeitos, ao analisarmos as grades e os cortantes podemos entender que tais elementos tem a conotação de aprisionamento, reclusão. É um impedimento de fazer aquilo que se pretende.

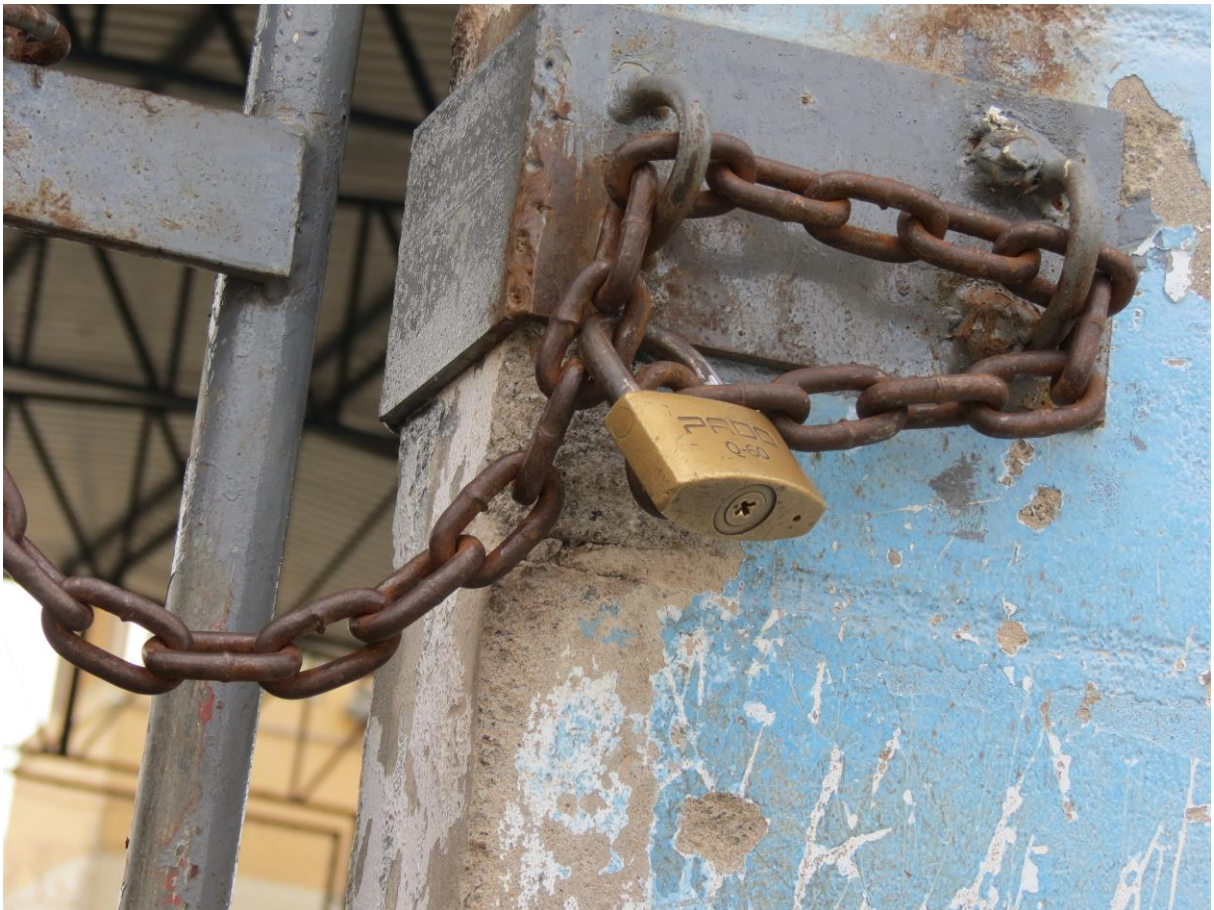


Foto 2

Na segunda foto, o socioeducando captura a imagem de um cadeado fazendo alusão ao aprisionamento e as consequências desta para a vida de quem experimenta a privação de liberdade e suas consequências. Na frase “Somos como um cadeado preso a uma corrente. Quando o cadeado está aberto ele pode girar

para vários lados, mas quando ele fecha dificilmente se abre”, nos remete ao trabalhoso processo de mudança pessoal, uma vez inserido neste contexto em que muitos adolescentes e jovens encontram-se aprisionados. Não discorreremos somente sobre o aprisionamento relacionado a criminalidade, porém, devemos pensar nos mais diferentes aprisionamentos que possibilitam estes adolescentes e jovens nas esferas familiar, pessoal, social, comunitário entre outras interfaces.



Foto 3

Ao retratar a imagem do espaço de leitura da Unidade de Internação Provisória, o adolescente traz algo de positivo e que faz menção a um espaço de lazer, relaxamento e que traz sentimentos positivos e de bem estar. Com a frase: “Lugar onde me concentro... posso viajar para outro mundo”, podemos perceber como a leitura pode ser um catalisador positivo, no contexto de privação de liberdade, uma vez que a maior parte do tempo os adolescentes encontram-se recluso em suas moradias. As ações socioeducativas devem oferecer espaços para a construção da identidade destes sujeitos, na intenção de trabalhar a autonomia e o empoderamento destes atores. Neste diapasão, este espaço de leitura vem

colaborar para a construção desta subjetividade a cada sujeito que se permitir a utilizar este espaço como crescimento pessoal.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa intitulada como “O olhar sobre a privação na ótica dos invisíveis”, surgiu da necessidade de criar espaços de discussão para os atores que se encontram vivenciando a privação de liberdade. Mas, foi além! Ganhou forma, incomodou, gerou desconforto, possibilitou empoderamento. A cada encontro, os participantes da pesquisa se comunicavam, não somente através da fala, mas no modo como interagiam com os outros atores, nos olhares, nos gestos, na postura corporal. Não se pode afirmar que o trabalho atingiu seu objetivo, uma vez que estamos discorrendo sobre a subjetividade de cada participante, ou seja, como cada sujeito se coloca nas suas relações e se percebe no contexto em que se encontra. Porém, esta pesquisa gerou inquietações, possibilitando estes sujeitos a refletir sobre sua atual condição de vida, vindo a repensarem em suas ações cotidianas e o modo como podem enfrentar as adversidades do dia-a-dia.

É importante destacar, que após o trabalho com os adolescentes, as fotos foram impressas em papel específico e na data de 08 de março de 2016 foi realizada na Unidade uma exposição. Neste evento, estavam presentes entidades que atuam diretamente ou indiretamente com crianças, adolescentes e jovens, além de autoridades, o sistema de justiça e demais apoiadores. A intenção é que esta exposição seja expandida para alguns locais comunitários, na intenção de possibilitar a sociedade, um olhar mais apurado para as questões que perpassam o contexto socioeducativo de privação de liberdade.

VI. REFERÊNCIAS

A POLÍTICA. atual de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil.

Disponível

em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_519_Texto%20completo.pdf>.

Acesso em: 20 mar. 2016.

ARANZEDO, A. & SOUZA, L. **Adolescentes autores de homicídio: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro.** Revista Eletrônica de Psicologia Política. San Luís, v.5, n. 15, p. 1-20, 2007.

ARAÚJO, M. F. **Violência e abuso sexual na família.** Psicologia em estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul/dez. 2002.

AVILA, S, F, O. **A adolescência como ideal social.** In: 1º Simpósio Internacional do Adolescente. 2005. Rio de Janeiro. Anais do 1º Simpósio Internacional do Adolescente. Rio de Janeiro. 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. **Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRITO, L. M. T. Avaliação dos adolescentes pelas equipes que atuam no sistema socioeducativo. In L.M.T. Brito (Org.). **Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo** (pp.115- 126). Rio de Janeiro: Eduerj. 2000.

CASTRO, A, L, S. **Ato infracional, exclusão e adolescência: construções sociais**. 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

CHAUI, M. A **não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo**. In: 1ª Conferência brasileira de educação. São Paulo. 31 mar. 1980.

CRAIDY, C. M. Medidas socioeducativas e direitos: o paradigma do jovem infrator como sujeito de direitos. In: STECANELA et al (Org.). **Ler e escrever a vida: trajetórias de jovens em privação de liberdade**. Caxias do Sul, RS. Educus, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2010. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/09/CREPOP_2010_MedSocioEduc-Internacao.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CUNHA, E, O. et al. **A atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei no sistema socioeducativo: diretrizes e práticas no âmbito da privação de liberdade**. In: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. Salvador. 2013. Anais do Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2013.

DINIZ, A, P. **O discurso do psicólogo nos pareceres sobre adolescentes com medida judicial de internação**. 2001. 132 f. Dissertação de mestrado. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, n. 2, abr. 1995.

GOMES, M, A, F. & DIMENSTEIN, M. **Pesquisa qualitativa em psicologia e saúde coletiva: experimentações com o recurso fotográfico**. Psicologia: Ciência e Profissão. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 34, n. 4, p. 804-820, 2014.

LEITE, L. H. A. Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza, 2015.

MACHADO, L. D. Subjetividades Contemporâneas. In: BARROS, M^a Elizabeth Barros (org.). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: Edufes, 1999.

MAHEIRIE, K; BOEING, P & PINTO, G, C. **Pesquisa e intervenção por meio da imagem**: o recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. PSICO. Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 2, p. 213-219, maio/ago, 2005.

MIRANDA, E. B.; SANTOS, M. F. S. Histórias de jovens que estão “dando certo” na vida. In: TRINDADE et al (Orgs). **Juventude, masculinidade e risco**. Vitória: GM, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7^o edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.

SILVA, J, O. **Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade**. 2009. 273 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia – PPGPSI, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SPOSATO, K. B.; SILVA, L. A. M. G. **Curso Justiça e Práticas Restaurativas**. Disponível em: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/Justica_Praticas_Restaurativas/Eixo_01/Eixo1-AbordagensInterdisciplinaresSobreResolucao_de_Conflitos.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

TOMASELLO, F. **Oficinas rap para adolescentes**: proposta metodológica de intervenção psicossocial em contexto de privação de liberdade. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VII. ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tenho conhecimento de que _____, aluno (a) regularmente matriculado (a) no CURSO DE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL, da Universidade Federal do Espírito Santo, está realizando uma atividade de pesquisa com o objetivo de elaborar a monografia final do Curso.

Foi esclarecido pelo (a) pesquisador (a) que a participação dos sujeitos envolvidos no estudo é voluntária, podendo os mesmos se retirarem a qualquer momento da atividade sem nenhum tipo de prejuízo para a sua pessoa. Os benefícios do estudo se convertem para a produção de conhecimentos sobre a relação entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social, sendo os dados analisados, eticamente, tendo o pesquisador o compromisso de não produzir nenhum tipo de constrangimento para os sujeitos envolvidos.

O estudo vem sendo coordenado pelo (a) prof. (a) orientador (a) _____, devidamente vinculado ao Curso EPDS, localizado na UFES- Centro de Educação- sala 30, telefone 3335 7777.

Diante das questões explicitadas, eu, _____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário (a), do presente projeto de pesquisa.

_____, ____ de _____ de 2017.

Nome e assinatura do (a) participante do estudo
